

SITUAÇÃO SOCIAL DAS ÁREAS RURAIS AMAZÔNICAS

Jean Hébette*
Edma Silva Moreira**

1. Introdução

Antes de mais nada, gostaríamos de precisar o entendimento de "Situação Social" que nos levou à elaboração deste texto. O título do seminário nos orienta, dando como tema desse evento: "Populações amazônicas: *tendências* recentes e *perspectivas*". Trata-se portanto da *dinâmica* populacional; é nesse sentido que entendemos a "Situação Social nas Áreas Rurais", objeto específico de nossa contribuição.

O social, rigorosamente, abrange o *conjunto* dos fenômenos que operam na sociedade a nível da estrutura das classes, demográfico, econômico, político e cultural. Não estamos entendendo o social num sentido vulgar do que seja problemático na sociedade, à margem do dinamismo e do progresso, residual; o que pesa para a sociedade. Ao contrário, procuraremos discernir nas áreas rurais o que constitui seu dinamismo e que se traduz na construção do que chamamos a construção de uma nova "ruralidade". Para tanto nos deteremos mais especificamente ao que corresponde à prática científica e à experiência: as áreas rurais de fronteira, tema constante de nossas pesquisas.

* Economista e Sociólogo. Pesquisador da Universidade Federal do Pará.

** Socióloga.

Participaram do levantamento das informações as Bolsistas de Iniciação Científica – CNPq, Alessandra de Sodré Batista e Regina Cláudia R. Gualberto .

A partir dessa prática de pesquisa, propusemo-nos adotar como eixo de nossa análise da dinâmica social sob todos esses aspectos, o grande fenômeno da *mobilidade*, característico da fronteira agromineral amazônica nos últimos vinte e cinco anos. Uma mobilidade que se manifesta no campo, a nível da estrutura de classe, a nível demográfico, econômico, político e cultural. A referência privilegiada a esse grande fenômeno dinâmico no campo amazônico, convém esclarecer, não ignora outro grande fenômeno regional que é o êxodo rural acompanhado pela explosão das cidades, que alguns caracterizam como “fronteira urbana amazônica”. Tanto mais que esses dois fenômenos têm obviamente alguma relação entre si.

A compreensão da dinâmica social da fronteira agromineral assim entendida exige uma *percepção integradora* dos diversos níveis acima mencionados que, todos juntos, constituem a dinâmica própria da fronteira. Essa compreensão, nos termos do tema em pauta, encerra um sério desafio. Primeiro, em função da imensidão da Amazônia brasileira e, no caso das áreas rurais, das especificidades respectivas da Amazônia oriental e da Amazônia ocidental. Em segundo lugar, a escassez de informações, notadamente quantitativas, e o grau muito desigual de confiabilidade das informações disponíveis – o que se manifesta, em particular, no caso das áreas rurais, no que diz respeito ao último Censo e à Pesquisa (supostamente) Nacional por Amostras de Domicílio-PNAD da F.IBGE. Em terceiro, a própria integração das diversas facetas da dinâmica social envolve uma grande complexidade; os indicadores relativos a essas diversas facetas são de natureza muito diferente que requer aliar a precisão dos números ao poder de interpretação da observação direta e da intuição, como, por exemplo, quando se associa trabalhadores rurais de diversas gerações que completaram um curso elementar, uns na roça de um travessão da rodovia transamazônica e outros numa pequena cidade do Rio Grande do Sul; ou quando se computam postos de saúde da fronteira agrícola com postos de uma área desenvolvida, ou trabalhadores rurais sem carteiras num lote de um modesto colono com trabalhadores escravizados numa fazenda. Quer dizer: precisa discernir se está-se trabalhando com realidades ou com ficções.

Felizmente, tem-se avançado, embora muito timidamente, no sentido de “ponderar” as quantidades com qualidades e de integrar variáveis de diversas ordens, o que é mais do que simplesmente cruzá-las.

Tentaremos fazê-lo ao aliarmos a experiência de campo com levantamentos censitários ou administrativos extremamente deficientes. Inspiramo-nos e nos serviremos, neste sentido, de uma experiência de integração, à observação das dinâmicas territoriais rurais, de dados como assassinatos de trabalhadores e de dimensões políticas da realidade social, cujos resultados preliminares foram publicados num dossier coordenado por Martine DROULERS (1995) nos *Cahiers des Amériques Latines*.

2. A Amazônia, uma fronteira agromineral¹

Como já foi mencionado, um fenômeno decisivo na dinâmica social das áreas rurais amazônicas nos últimos vinte e cinco anos foi a abertura da fronteira agromineral (CASTRO e HÉBETTE, 1989). Em termos puramente demográficos, a fronteira significa a penetração de importantes frentes migratórias, ditas “excedentes” numa região de origem, em uma outra área, comparativamente pouco densamente povoada (ou como se tem freqüentemente escrito “vazia”).

Essa população vem com suas características próprias e traz consigo sua cultura, suas práticas profissionais, suas aspirações, suas ambições, que vão imprimir sua marca naquele espaço novo e, até um certo ponto, estranho para eles; não significa que ela venha simplesmente reproduzir na fronteira os seus comportamentos da sua área de origem. Ela se incorpora a seu novo meio social ao mesmo tempo em que ela o modifica, o transforma; ela o violenta ao mesmo tempo em que o fecunda. Como é sabido, isto se manifesta nas áreas rurais, por exemplo, pelo impacto dos fluxos migratórios sobre a floresta e sobre as áreas e populações indígenas, mas isto se traduz também em novas dinâmicas sociais e políticas.

Os “indicadores sociais” que podem ser utilizados para interpretar a dinâmica social da Amazônia devem ser considerados à luz desses fatores exógenos de transformação que a distinguem de outras

¹ Nossa análise se prenderá essencialmente à chamada Amazônia Clássica com a qual mantemos maior contato; em alguns casos que mencionaremos, entretanto, utilizaremos o conceito de Região Norte que, hoje, inclui o novo Estado do Tocantins.

regiões, como o Nordeste, onde predominam fatores endógenos e tradicionais da dinâmica social, como o crescimento demográfico particular, as formas sociais específicas de exploração do solo e dos recursos naturais, a subordinação às oligarquias, tudo isto com suas respectivas implicações na persistência do analfabetismo, da subnutrição e da pobreza.

3. O Fenômeno Migratório na Fronteira e a Evolução Populacional no Campo

3.1 - A população amazônica, uma população amplamente rural

Nos vinte e um anos que separam os três últimos censos demográficos, a população da Amazônia tem incorporado perto de 5.700.000 habitantes, crescendo em 155% em termos populacionais. As áreas ditas rurais, no conceito da F.IBGE, têm dobrado em população, incorporando um pouco mais de 2.000.000 de habitantes (Tabela 1). Esse duplo crescimento foi desigual em termos de Estados. O Pará tem crescido em 125%, o Amapá em 140%, Roraima em 420% e Rondônia explodiu em 870%: são os Estados de imigração que se constituem na fronteira agromineral. São exatamente os Estados onde a população rural tem crescido muito sensivelmente: 103% no Pará, 220% em Roraima, e 740% em Rondônia, enquanto regredia no Acre e se mantinha a nível de quase estagnação no Amazonas e no Amapá.

Segundo os Censos, essa taxa de crescimento rural é superada pela taxa de crescimento urbano da população; mas tem que convir que a realidade do crescimento rural é duplamente adulterada pelo conceito espacial e pelo conceito social que determinam a classificação do rural: (Ver BRET, DROULERS, BIAGGI, 1995: 62-63) por um lado são classificados como urbanos, por critérios local e administrativo, populações que moram em "cidades" tipicamente rurais, como é o caso de algumas antigas sedes de municípios e de certos aglomerados das áreas de recente colonização; por outro lado, muitas dessas cidades interioranas abrigam trabalhadores rurais com ou sem terra. Tanto é assim, que as Amostras do Censo demográfico, consideram como população urbana nada menos do que 17,75% da força de trabalho amazônica de mais de dez anos que trabalhou na agricultura nos doze meses anteriores ao Censo. Vale observar, inclusive, que este percentual é precisamente mais

Tabela 1
População Total e Rural
Amazônia Brasileira
1970, 1980 e 1990

NOMES DOS ESTADOS	POPULAÇÃO EM 1970			POPULAÇÃO EM 1980			POPULAÇÃO EM 1991			
	TOTAL (A)	RURAL (B)	% (B/A) DENS.	TOTAL (A)	RURAL (B)	% (B/A) DENS	TOTAL (A)	RURAL (B)	% (B/A) DENS.	
ACRE	218.006	157.449	72,22	306.893	171.139	55,76	417.165	125.867	30,17	2,71
AMAZONAS	960.934	551.656	57,40	1.449.135	580.115	40,03	2.102.901	601.094	28,58	1,45
SUB-TOTAL	1.178.940	709.105	60,14	1.756.028	751.254	42,78	2.520.066	726.981	28,84	1,46
RONDÔNIA	116.620	56.079	48,08	503.125	263.689	52,41	1.130.874	472.702	41,79	4,74
RORAIMA	41.638	23.709	56,94	78.153	32.396	40,92	215.950	76.484	35,41	0,96
PARÁ	2.197.072	1.159.732	52,78	3.507.312	1.804.909	58,47	5.181.570	2.571.793	49,63	4,16
AMAPÁ	116.480	52.695	45,24	180.078	73.854	40,90	288.690	55.266	19,14	2,03
SUB-TOTAL	2.471.810	1.282.215	52,27	4.269.688	2.174.648	50,93	6.585.574	3.176.245	48,59	3,68
TOTAL	3.650.750	2.001.320	54,82	6025.696	2.925.902	48,55	9.150.640	3.903.206	41,80	2,61

FONTE: IBGE- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991

elevado em alguns Estados onde a população rural é proporcionalmente menor, como no Amazonas (onde se constata uma quase-estagnação da população rural em razão da explosão de Manaus que, de pequena cidade da Selva, transformou-se num centro urbano "milionário"), ou do Amapá; nestes Estados, a força de trabalho de mais de dez anos que se ocupou na agricultura incluiu, naquele período, 21,24 e 28,74%, respectivamente, de trabalhadores "urbanos". Nada estranho, portanto, que, segundo declaração de um dos seus líderes locais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST tenha matriculado, na cidade de Marabá, por exemplo, mais de duas mil famílias candidatas à terra.

Os Estados amazônicos de fronteira continuam portanto Estados com características rurais, embora em proporções menores: de uma faixa de 45 a 57% em 1970, a "ruralidade" desses Estados, calculada em termos de *população* reduziu-se para uma faixa de 35 a 50%, no conceito dos Censos (Tabela I). Em termos *espaciais* porém, a "ruralidade" ampliou-se em detrimento espetacular das áreas indígenas e das matas até então escassamente povoadas. Essa "ruralidade" e sua localização aparecem claramente quando se trabalha a nível de microrregiões, conforme se verifica na Carte 3 do Dossier de DROULERS acima referido, onde são distinguidas, respectivamente, áreas predominantemente urbanas e rurais em termos percentuais. Podem ser observados, no mapa, dois tipos de "ruralidade": uma área tradicional que se manteve estável e pouco povoada, e uma recente que se ampliou e sobretudo se adensou. Verifica-se também que a caracterização urbana "ibegeana" dos entornos dos municípios de capitais — com a interessante exceção de Belém — e dos municípios com sede em cidades de tamanho médio como Santarém (180.000 habitantes) e Marabá (123.668 habitantes) é impulsionada pela função de pólo estadual ou regional exercido por suas sedes; essa caracterização urbana daqueles municípios deveria ser ponderada em função da observação feita acima sobre o conceito de urbano.

Trabalhando a nível de municípios, verifica-se que, embora diminuindo, a taxa de "ruralidade" se mantém a nível alto, superior a 75% no extremo Nordeste do Pará, e se consolidou neste mesmo nível ao longo da Transamazônica, e a um nível que varia entre 50 e 70% ao longo da BR 364 em Rondônia (Carte 8 do Dossier).

Uma representação mais acurada dessa "ruralidade" seria interessante se o tratamento dos dados do Censo pudesse levar em conta a criação de novos municípios em 1991 e os mais recentes desmembramentos municipais, pois boa parte desses novos municípios correspondem às áreas de fronteira agromineral.

Nesse nível de desagregação, poder-se-ia observar ainda como novas áreas de um município vão se povoando e como vai se adensando espacialmente a "ruralidade" daquelas circunscrições. É o caso, em particular, de imensas áreas de ocupações camponesas no Sudeste do Pará e nos "fundos" da área de colonização oficial da Transamazônica, ou ainda em Roraima e algumas áreas de Rondônia.

3.2 - A população amazônica, uma população jovem

Se a população brasileira é uma população jovem em comparação com a população dos países do Primeiro mundo, a população da Amazônia é mais jovem do que a do Sul, Centro-Sul e Centro-Oeste do país. A Grande Região Norte, incluindo o Estado do Tocantins, apresenta um percentual médio de 42,5% de crianças e jovens até 14 anos completos; é o maior índice das Grandes Regiões, inclusive do Nordeste (41,3%); ele se situa, e muito, acima da média nacional (36%) e, em particular, do índice de São Paulo (31,9%). (Dossier, Tableau 3, p. 47). No outro extremo etário, a Região Norte apresenta a menor taxa de população acima de 60 anos: 4,6% contra os 8% da média nacional. A diferença nas taxas é ainda mais marcada se for considerada a população rural, pois, nos diversos Estados, com exceção de Roraima, o percentual de jovens até 14 anos varia entre 42,07 e 50,89% (ib Carta 5 e 6, p. 48-49). Esta estimativa etária deve se relacionar com o perfil jovem particular à população migrante da fronteira agrícola, como sugerem por um lado a baixa taxa (45,17 a 49,36%) da população adulta de uma das Grandes Regiões de origem, o Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba) e por outro lado, a baixa taxa (3,15 a 4,30%) da população amazônica acima de 60 anos, assim como o indicador mais elevado de fecundidade das mulheres na Amazônia em geral e em certas áreas de migração em particular (ib. Carte 4, p.45).

É notório, entretanto, que o comportamento reprodutivo das famílias rurais tem-se rápida e profundamente alterado nos últimos anos – o que possivelmente não se reflete ainda bem nas estatísticas.

3.3 - Os migrantes, uma população em busca de terra

A migração para a fronteira é um processo contínuo que, até hoje, se realimenta e se renova, avançando mais para frente, levando velhos e novos migrantes em busca de terra. Uma busca que, muitas vezes, nunca acaba. A fixação "vitalícia" do migrante, que condiciona a constituição de um campesinato efetivo, é dificultada por mil obstáculos de diversas naturezas: em primeiro lugar, a competição e a disputa entre mais fortes e mais fracos pela posse e propriedade da terra, das quais resultam as lutas sangrentas e que não se restringem à primeira ocupação; em segundo lugar, as restrições ecológicas e a escassez de recursos financeiros e técnicos necessários para se adequar ecológica e economicamente a estas restrições; em terceiro lugar, a própria dureza da vida da roça com o isolamento, a penosidade do trabalho, a dieta alimentar rotineira e mal equilibrada, as doenças, e... a pobreza. Daí a mobilidade multifacetada dos migrantes: espacial, profissional e social (HÉBETTE, J e ACEVEDO MARIN, 1981). Daí também a sucessão dos posseiros ou proprietários num mesmo lote e a peregrinação de lugar em lugar mais distante ao ritmo contínuo da expansão da fronteira, os estádios de trabalho diarista ou por empreitada, a passagem pelos garimpos e a saída para a cidade na expectativa de se conseguir, um dia, uma terra própria.

4. A Construção de uma Nova "Ruralidade". A Paisagem

Como mencionado acima, os números são incapazes de revelar toda a realidade de um fenômeno social. A observação direta do comportamento coletivo dos atores é indispensável para conferir a esses números maior substância. Queríamos destacar uma faceta desse comportamento coletivo na fronteira: a remodelação do espaço rural pelos migrantes. Certos autores enfatizaram o processo de "urbanização" da Amazônia; proporíamos destacar, por nossa parte, como perspectiva alternativa, o processo concomitante de "ruralização" da Amazônia, isto é, o processo de construção do espaço rural.

Na verdade, é difícil identificar na Amazônia uma teia, um tecido urbano quando se sabe que existem apenas oito cidades de mais de 100.000 habitantes que se espalhavam, em 1991, numa extensão de 3.500.000 km², e quando se leva em conta que 45% de toda essa

população urbana se localiza na metrópole de Belém e na cidade de Manaus, e sabendo, ainda, que Manaus é a única cidade de mais de 100.000 habitantes (na verdade, um milhão) no imenso Estado do Amazonas com seus 1.500.000km². Um novo mundo rural, ao contrário, vai se construindo graças ao dinamismo dos migrantes, tecendo, sim, uma verdadeira malha tipicamente rural de aglomerados dos mais variados tamanhos e em diversas escalas. (ver 4.2.)

4.1 - Na escala do estabelecimento

Esta construção do espaço rural se fez e continua se fazendo – pois, não está terminada – de mil formas e em diversas escalas. Na escala mais básica, do estabelecimento rural, há de distinguir os dois processos fundamentais de moldagem da paisagem – o processo da colonização e assentamento dirigido pelo Estado e o processo de ocupação por iniciativa privada. Em ambas as formas de ocupação e nos dois tipos de fluxos migratórios que a realizaram, encontram-se dois tipos principais de atores: os produtores familiares e os empresários; os primeiros geralmente motivados pela reprodução da família a um nível econômico e cultural superior dentro do campesinato, os outros orientados por uma perspectiva empresarial de acumulação, de concentração da terra e de maximização do lucro.

É significativa, nesse quadro, a importância da agricultura familiar. Segundo cálculos de VEIGA (1995), baseados no Censo agropecuário de 1985, o número de estabelecimentos de caráter familiar se elevou na Região Norte a 439.740 e representou, em termos numéricos 81% do total dos estabelecimentos, numa proporção, portanto, bem superior à média do país e ao percentual de qualquer outra Região; apenas a Região Nordeste, com seus 71%, aproxima-se da Região Norte. A superfície desses estabelecimentos familiares somava naquela época 21.943.000 ha (isto é, 219.410 km²), o que se constituía em 35% da superfície total dos estabelecimentos da Grande Região; esse percentual sugere, é certo, uma forte concentração fundiária, já que a superfície média dos estabelecimentos familiares se situava em 50 ha, enquanto a média dos outros estabelecimentos beirava os 400 ha; mas essa desproporção entre os dois tipos de estabelecimentos só é superior à da Região Sul e coloca-se muito abaixo do Centro-Oeste onde predominam realmente os maiores estabelecimentos.

O pessoal ocupado nos estabelecimentos, segundo os cálculos de VEIGA (ib.), se elevava a 1.842.000, isto é, em média, a 4,18 pessoas por estabelecimento, média característica da família rural.

A ocupação por iniciativa privada, dominante no Sudeste e Sul do Pará e em Roraima, refletiu e imprimiu no espaço a dinâmica de classes própria da sociedade nacional, uma dinâmica de competição de interesses de grupos em conflito acirrado: latifundiários empresariais *versus* pequenos produtores familiares. Do conflito resultou, por exemplo, no Sudeste do Pará, uma paisagem formada por áreas de agricultura familiar de tamanho variando entre 30 e 150ha, inseridas entre grandes propriedades de até 100.000ha ou mais. Os estabelecimentos familiares, demarcados pelos próprios ocupantes, têm geralmente sua frente próxima a uma fonte de água em torno da qual se organiza parte da vida do estabelecimento; pequenas estradas ligam as moradias e servem de comunicação e socialização. As fazendas, por sua vez, estendem suas pastagens a perda de vista.

Ao contrário, a ocupação dirigida pelo Estado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, dominante na Transamazônica e em Rondônia, apresenta uma paisagem bem diferente. A princípio, é o Estado que delimita as áreas que cabem a cada categoria social: grandes, médios e pequenos produtores. No caso da Transamazônica, distinguem-se a chamada "Faixa" em ambos os lados da rodovia, por um lado, e, por outro, os lotes dos "travessões" e as áreas de fazendas, além da faixa; enquanto, em Rondônia, as áreas de pequenos e grandes produtores, respectivamente, foram concentradas em blocos homogêneos. Colonos e empresários receberam seus lotes medidos e desenhados em escritórios distantiíssimos da região e desconhecedores da realidade local; predominam no desenho dos Projetos linhas e ângulos retos; as fontes d'água se danem se não brotarem no lugar certo. Todos esses elementos condicionam, evidentemente, a situação social da área. Foi mais tarde que a participação da iniciativa privada na construção do atual mosaico fundiário se fez sentir e se intensificou com a saída do esquema INCRA.

4.2 - Na escala local

A distribuição da terra em lotes de 50 a 100ha em meio a grandes propriedades cria um certo isolamento das famílias que a dinâmica social tende a corrigir pelo surgimento de uma teia de aglomerados, desde reunião de algumas casas de comércio nos entroncamentos de vicinais até pequenos centros, povoados de uma centena de casas, vilas e sedes de municípios, o conjunto articulado com alguma cidade "verdadeira". Esta construção muito espontânea nas áreas de ocupação por iniciativa privada é naturalmente mais dificultada pelo desenho geométrico dos lotes nas áreas de colonização dirigida.

Tomemos um exemplo, escolhido ao acaso, o de um pequeno município da região de Marabá pesquisado por uma equipe do Centro Agro-Ambiental do Tocantins – CAT. Na área rural com seus 63.000 habitantes, foram registrados 145 aglomerados (fora as fazendas) de até 120 prédios – sendo 60 sítios de até 10 prédios, 74 entre 11 e 50 prédios, 9 entre 56 e 100 prédios e 2 povoados entre 101 e 120.

4.3 - Na escala regional

A ruralidade avança ainda, na escala regional e a nível administrativo, com a criação de novos municípios. De 143 em 1970, o número de municípios na Amazônia brasileira passou para 153 em 1980 e 219 em 1991. A área média dos municípios de Rondônia era de 120.000 km² e caiu para 10.300 em 1991; no Acre, era de 22.000 km² e passou para 12.800; no Amazonas era de 35.400 e passou para 25.000; em Roraima, era de 115.000 km² e rebaixou para 28.700; no Amapá, era de 28.400 km² e caiu para 15.800. No Pará, a área média era de 15.000 km² em 1970; reduziu-se para 11.400 em 1991; mas de 1991 para hoje foram criados ou implantados 38 novos municípios, o que eleva para 143 o seu número e rebaixa para 8.720 km² sua superfície média.

A criação de novos municípios, em si, não é necessariamente benéfico para a população; sua lógica nem sempre é muito racional deste ponto de vista. Entretanto, globalmente tomada e, em particular, nas áreas de fronteiras, ela corresponde à novidade da situação; ela remodela o território, no sentido do que poderíamos chamar um ecologismo sócio-administrativo, em função notadamente das concentrações populacionais e dos novos meios de comunicação e

socialização. Ela significa a aproximação de serviços básicos ao alcance das novas aglomerações. Administrações municipais distantes, às vezes de dois e três dias de viagem em barcos, tornam-se acessíveis em algumas horas de transporte rodoviário. Postos telefônicos, serviços de assistência técnica à agropecuária, bancos públicos e privados foram implantados na maioria dos antigos e dos novos municípios. Infelizmente, não nos foi possível realizar o levantamento desses serviços: informações dessa natureza são quase inexistentes e totalmente desatualizadas na agência metropolitana da F.IBGE em Belém. A observação local no campo nos revela um fenômeno digno de atenção: a expansão de serviços médicos-hospitalares privados nas áreas novas, associada à expansão da pecuária e à figura do médico pecuarista.

5. As Condições Econômicas da Construção da Nova "Ruralidade"

Uma referência básica para apreciar a situação social no campo é o nível de consumo da população, incluindo nesta categoria tanto o consumo cultural quanto o consumo material, ou seja, o que representa, no seu sentido amplo, o bem-estar.

A situação social do Brasil, cuja maior parte da população, na cidade e no campo, vive num patamar de pobreza ou abaixo, impõe referir-se a um "nível de subsistência", isto é, um "nível de consumo socialmente necessário", detalhadamente estudado notadamente por GARCIA (1983) em relação ao pequeno produtor agrícola do Nordeste. Ao falar de consumo socialmente necessário, o autor se refere a padrões sociais de consumo cujas normas são definidas dentro de um contexto social, historicamente situadas e coletivamente adotadas por determinados grupos sociais. Acontece que as normas tradicionais que definiam o nível de consumo socialmente necessário para a população trabalhadora sofreram nas últimas décadas uma total redefinição; o que era socialmente necessário para a geração anterior não o é mais para as novas gerações. Isto tem enormes conseqüências em termos de tendências e perspectivas sociais das áreas rurais. Pode-se afirmar que grande parte da população rural na Amazônia vive abaixo desse nível de consumo.

Dois componentes são básicos na análise da situação social no campo no que diz respeito ao nível de consumo ou de bem-estar: os

sistemas sociais de produção vigentes e o mercado; a eles devem ser associados as estratégias e os padrões de reprodução familiar. Em termos prospectivos são fatores decisivos no que concerne à construção da "ruralidade na Amazônia".

5.1 - Os sistemas sociais de produção

Em toda a Amazônia, as três últimas décadas foram marcadas por uma profunda transformação da estrutura produtiva, que repercutiu também profundamente sobre o conjunto da vida social.

Deve-se registrar inicialmente grandes mudanças no extrativismo, sempre associado à história da Amazônia desde o século XVII. Os últimos anos testemunharam o declínio do extrativismo tradicional baseado na extração do látex nos seringais, na cata da castanha do Brasil nos castanhais, na caça à peles de animais silvestres nas matas, no garimpo do cristal e do diamante ao longo dos rios. Apesar de toda a luta dos seringueiros e do apoio que lhes foi proporcionado pelo movimento ecológico, principalmente após o assassinato de Chico Mendes, foi difícil garantir a implantação e expansão das reservas extrativistas. O baixo preço da borracha contribuiu para o declínio da produção desse produto. O chamado Polígono dos Castanhais, no Pará, com seu mais de um milhão de hectares (ALMEIDA, 1993: 173-174) foi transformado em pastagens por seus donos ou em roças pelos agricultores migrantes. Segundo informações verbais, cerca de 30% das matas da região de Marabá, muitas delas ricas em castanheiras, foram ocupadas por pequenos agricultores; em 1988, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD, adquiriu de seus "donos" 56 desses castanhais correspondendo a 200.000 ha para a transferência de domínio aos ocupantes (ib).

Um novo extrativismo instalou-se e expandiu-se por iniciativas convergentes mas conflituosas de trabalhadores individuais, de empresas e do Estado: o extrativismo madeireiro e mineral.

A descoberta ou redescoberta de ocorrências minerais impulsionaram a entrada de grandes mineradoras de cassiterita, bauxita, ouro, ferro, cobre, caulim, sobejamente conhecidas. Juntamente com essas empresas apareceram as construtoras de hidrelétricas para geração de energia (HÉBETTE, 1991). Essas

empresas contrataram para sua implantação enormes contingentes de trabalhadores que, uma vez concluídas as obras, foram despejados e se constituíram numa massa de peões de extrema mobilidade. Juntaram-se à massa dos garimpeiros cujo volume, em 1990, foi estimado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, em 218.000 pessoas para o conjunto da Amazônia (ALMEIDA, ib: 127).

O extrativismo madeireiro expandiu-se concomitantemente ao avanço da fronteira, acompanhando a formação de pastagens e de roças. Nele estão envolvidas grandes empresas com seus próprios empregados e uma multidão de pequenas serrarias, de madeireiros e de transportadores. Uma particularidade do extrativismo madeireiro é sua "funcionalidade" junto aos pequenos agricultores: são as empresas madeireiras que abrem as trilhas de acesso às roças, cada vez mais distantes, dos ocupantes de novas áreas agrícolas; caminhoneiros de madeira transportam passageiros e veiculam notícias até os pontos mais longínquos da fronteira.

A população mais sedentária que pode constituir a base de uma nova "ruralidade" é formada pelos produtores agrícolas autônomos, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, que se dedicam à agricultura familiar. É no seio dessa população e das ocupações econômicas que lhe são associadas, como o comércio local, que se pode observar o princípio de uma diferenciação social significativa. Essa diferenciação é relacionada, em grande parte, com os sistemas de produção inovadores em termos regionais. A produção tradicional de culturas temporárias, às vezes chamadas de subsistência, como mandioca, arroz, milho e feijão, mal consegue garantir o nível de consumo socialmente necessário ao qual nos referimos. Este tipo de produtor costuma viver sem dinheiro, adiando indefinidamente a satisfação de suas necessidades básicas em termos de diversificação alimentar e de tratamento médico que condicionam a saúde de sua família, em termos de vestuário, de moradia, de meio de locomoção, de conforto doméstico e de meio de informação. Uma certa prática, entre pequenos produtores, de extrair de recursos de créditos oficiais destinados à produção, uma parcela do dinheiro para a compra de objetos de uso pessoal ou familiar como bicicleta, televisão, ou até antena parabólica, é reveladora, ao mesmo tempo, de suas necessidades insatisfeitas, de suas frustrações e de suas prioridades pessoais que só eles, aparentemente, são capazes de

legitimar; o acesso à informação e não apenas à instrução escolar, é hoje uma de suas aspirações mais básicas.

O pequeno produtor que tem condições de satisfazer suas expectativas básicas de consumo é quem se tem beneficiado com a introdução de novas culturas, notadamente permanentes, como tem sido, em Rondônia, o caso do cacau e do café ou, na colonização da Transamazônica, o caso do cacau e da pimenta do reino. Mil iniciativas novas despontam hoje na agricultura familiar na Amazônia no sentido da melhoria de renda, como é o caso da fruticultura diversificada: cítricos, banana, cupuaçu, coco, caju, pupunha, açaí, acerola.

Mas o fenômeno marcante dos últimos anos é a expansão da pecuária em toda a área de fronteira, que vem se acrescentar às áreas tradicionais da Amazônia como a Ilha de Marajó e a calha do rio Amazonas, como ilustra a Carte 36 "La Poussée des éleveurs", do Dossier de DROULERS (1995: 129). Inicialmente desenvolvida em grande escala nos anos 70 e 80 por empreendimentos empresariais graças a incentivos fiscais particularmente atraentes, e sinônimo de latifúndio, de degradação ambiental e de foco de violência, a pecuária vai se alastrando nos lotes familiares com o apoio, notadamente, do crédito do Fundo Constitucional Norte- FNO. Torna-se, desta forma, ativadora de um processo de reconcentração da terra, quando um pequeno produtor endividado com o banco ou incapaz de conseguir os investimentos necessários, é levado a vender o lote.

5.2 - Entre a Auto-Subsistência e o Mercado

Assim como o conceito de "urbanização", o conceito de mercado deve ser utilizado com muita cautela no caso das áreas rurais da Amazônia, em particular as áreas de fronteira. O manejo de estatísticas globais e as análises macro não dão conta correta da realidade. A característica comercial da pequena agricultura, enfatizada por muitos analistas em contraposição à tradicional noção da agricultura familiar de (auto-) subsistência, deve levar em conta as especificidades do meio rural. A inserção no mercado das áreas rurais da fronteira amazônica é, pois, muito diferenciada e muito desigual. Ela varia de Estado em Estado, entre Pará, Rondônia e Roraima; ela difere nas cidades, nos povoados, na roça, assim como

ao longo ou à distância dos grandes eixos rodoviários, dos travessões e das estradinhas; ela é desigual entre as categorias sociais e os diversos segmentos da economia.

O mercado das áreas rurais é *sui generis* e tem pouco a ver com o mercado dos manuais de economia e das páginas financeiras dos jornais. Há o mercado dos enclaves minerais, do extrativismo madeireiro, do contrabando e até do crime, o mercado das empresas, que paira acima da maioria da população; e há o mercado do "povo", em particular dos pequenos agricultores que constituem a base da população rural. Não é que não haja comércio e comerciante para essa população; é que há relativamente pouca comercialização e em pequena escala. Ninguém mais, certo, consegue viver hoje sem dinheiro, mas o dinheiro é raro para muita gente, e portanto o bem-estar é escasso.

Grande parte – em torno da metade – das famílias agrícolas vive de sua própria produção cujo excedente mal autoriza a compra dos bens mais básicos; a moeda, em muitos lugares, só aparece ao ritmo das colheitas, isto é, sazonalmente; ela é imediatamente absorvida pelo pagamento das dívidas e pela compra de alguma ferramenta ou equipamento. Segundo VEIGA (1995:146) a renda monetária bruta anual (RMB/a) de metade dos estabelecimentos de tipo familiar (isto é do grupo doméstico) da Amazônia variava, em média, conforme o Censo Agropecuário de 1985, entre dois salários mínimos anuais (em Rondônia e Roraima) e cinco salários mínimos (nos outros Estados). É verdade que essa população pobre vive ao lado de um outro segmento rural mais bem sucedido com RMB atingindo, em média, entre trinta e quatro salários mínimos anuais (no Acre) e sessenta e quatro (em Rondônia, Roraima e Pará), alcançando até oitenta e dois salários mínimos no Amapá; entre esses dois segmentos extremos, situa-se um outro, intermediário, cuja RMB se mantém numa faixa entre quatorze e dezoito salários mínimos anuais. Observações de campo confirmam, grosso modo, esse perfil da renda monetária familiar registrada pela F. IBGE.

Dois obstáculos maiores se opõem à estruturação de um mercado nas áreas de fronteira: a forte sazonalidade dos produtos e a extrema precariedade ou até a falta de uma rede de transporte (estradas e veículos).

A sazonalidade dos produtos é, ao mesmo tempo, anual (as safras anuais das culturas temporárias) e cíclica (os ciclos climáticos e econômicos da produção mundial das culturas permanentes): agricultores “de subsistência” (arroz, feijão, milho) com uma safra anual, e produtores voltados para a exportação com rendas oscilantes e imprevisíveis (os cacauais e pimentais ontem prósperos, hoje abandonados são testemunhas desta versatilidade). Para ambas as categorias, o gado é poupança e moeda circulante, deflacionada, porém, pelas doenças e a mortalidade dos animais. Quanto ao transporte, nas terras firmes da colonização, a diferença das áreas de povoamento de beira-rio, ele se torna difícil e muito irregular, como também seu preço apresenta uma proporcionalidade extremamente perversa em relação, por um lado, ao preço dos produtos agrícolas concedido ao produtor e, por outro lado, ao valor das mercadorias trazidas das cidades para o campo. O benefício do comerciante-transportador reflete em boa parte o significado e a importância dos diversos mercados locais, de fato relativamente isolados.

Na verdade, o comércio se concentra nas aglomerações estrategicamente localizadas ao longo dos eixos rodoviários; parte significativa do comércio, aliás, atende a viajantes, transportadores e passageiros: são paradas de ônibus e caminhões, postos de gasolina, borracharias e oficinas mecânicas, dormitórios, pensões, restaurantes e bares. Outra parte atende às necessidades básicas da população local; vestuário, calçados, alimentação e bebida, material elétrico e eletrônico e com destaque, produtos farmacêuticos – enfim o que o homem do campo está em condições de pagar. A “urbanização” mal passa disto. O que se pode sonhar, além deste repertório, deve se procurar nas “verdadeiras” cidades, numa distância de até cinquenta ou mais quilômetros. O estudo do “mercado”, quando este está destrinchado na sua complexidade e relatividade, como raramente acontece nos estudos rurais, pode oferecer um referencial para o conhecimento da situação social do campo no seu aspecto econômico.

6. Mobilidade e Conflitos. Plasticidade e Viência de uma Construção da Ruralidade

Trata-se realmente de uma ruralidade em construção, muito plástica e em evolução. Verifica-se uma grande mobilidade típica de fronteira em muitos aspectos; uma grande mobilidade espacial dos

produtores, movimentos concomitantes de concentração e desconcentração da terra. Os donos de lote se revezam a um ritmo rápido, principalmente nas áreas mais distantes e não tituladas; permanece o caráter familiar dos estabelecimentos no seu conjunto, mas a população se renova; os primeiros donos vendem ou abandonam o lote. Muitas vezes o lote vendido ou abandonado passa para as mãos de um agricultor mais próspero, de um comerciante ou de um grande proprietário. O lote pode também ser dividido entre parentes, filhos ou irmãos.

A estrutura familiar, como se sabe, é muitas vezes determinante no meio rural: os parentes se procuram; a família se divide mas também se recompõe. Uma ou duas famílias fundam localidades, sítios, comunidades; algumas famílias concentram em suas mãos o prestígio, o poder, e a influência social. O papel particular do parentesco tem sido enfatizado em relação à permanência na terra (Hébette et al, 1996). O tamanho da família nuclear condiciona a transmissão do patrimônio, assim como a mobilidade ou até a dispersão de seus membros.

A permanência e fixação na terra é particularmente perturbada pela violência da fronteira que constitui a dimensão mais trágica da situação social nas áreas rurais da Amazônia. De 1990 até hoje foram registrados na Amazônia brasileira 134 assassinatos (Tabela 2) de trabalhadores rurais a mando de pessoas alheias à categoria e por motivos relacionados à questão do domínio da terra.

Não se desconhece o fato de que a violência na fronteira não se restringe a interesses de classe; muitos são também ligados a conflitos entre trabalhadores por questão de terra ou de garimpo, por problemas passionais ou simplesmente por embriaguez. Quase todos os assassinatos por questão de terra (90%) concentraram-se em dois Estados: Pará e Rondônia, exatamente os dois principais Estados de fronteira agrícola. De maneira mais precisa, e fora o caso de Corumbiara- Rondônia, os assassinatos se concentraram no Sudeste/Sul do Pará, nos municípios fronteiriços aos Estados do Tocantins e do Maranhão, exatamente a região onde se deu recentemente o escandaloso massacre dos sem-terra de Eldorado do Carajás. O mapa "Mourir Pour La Terre" apresentado por DROULERS, GHERHARDT E THÉRY (1995) no Dossier acima referido ilustra perfeitamente, com dados de 1985 a 1991, a

Tabela 2
Assassinatos de Trabalhadores Rurais
na Amazônia Brasileira por Estados
1990-1996

ESTADOS	ANOS										TOTAL	
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996					
ACRE	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
AMAZONAS	01	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-	03
RONDÔNIA	02	01	-	01	02	-	-	-	-	-	-	06
RORAIMA	04	-	-	S/D	S/D	-	-	-	-	10	-	14
PARÁ	19	14	13	19	12	14	19	19	19	14	19	110
AMAPÁ	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	05
TOTAL	28	16	13	20	20	24	19	19	19	24	19	140

FONTE: Relatório da CPT de 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995.
 Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Janeiro, Faveireiro,
 Maio, Julho e Agosto de 1996.

correlação entre fronteira, luta pela terra e violência, cujas ocorrências correspondem aos principais eixos de penetração da fronteira.

Essa violência assassina se superpõe a uma outra, a da exploração cruel dos trabalhadores rurais das fazendas, o chamado trabalho escravo. De 1990 até 1995 foram registrados no Pará 19 ocorrências de trabalho escravo envolvendo 2.917 peões, todos também na região fronteira com os Estados do Tocantins e do Maranhão (Tabela 3). Não é por acaso que essa área de concentração de assassinatos e trabalho escravo coincida com a área de concentração do latifúndio pecuário, conforme mostra a carte 37 "La Pousse des éleveurs" daquele Dossier.

7. Conclusões

Tentamos sugerir, aliando escassos dados elaborados pela F. IBGE, informações emprestadas de estudos trabalhados por outros autores (ver bibliografia) e observações pessoais de campo a "situação social das áreas rurais da fronteira amazônica". Para tanto, procuramos mostrar a importância das populações rurais na Amazônia com algumas de suas características e descrever a dinâmica da construção de uma nova "ruralidade" na região com algumas de suas facetas. Essas páginas, entretanto, não conseguem refletir toda a situação de marginalização e de abandono em que se encontram essas populações rurais. Além da lembrança de Corumbiara e de Eldorado do Carajás, o que poderia melhor ilustrar esta situação social talvez fosse um filme dos sucessivos Gritos do Campo e Gritos da Terra dos últimos anos. Gostaríamos, à falta de um filme, dar a palavra aos seus atores, através das faixas por eles carregadas: "Valorização da agricultura familiar: mais emprego no campo"; "Terra, Emprego e Justiça"; "Educação, estradas, luz, saúde, crédito"; "Paz, Amor e Pão. A Reforma Agrária é a solução."

Tabela 3
Trabalho Escravo na Amazônia Brasileira
(Estado do Pará)
1990-1995

REGIÃO MUNICÍPIOS	ANOS						TOTAL
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	
SUDESTE	10	-	-	81	-	40	131
Rondon do Pará	-	-	-	-	-	40	40
Bom Jesus do Tocantins	-	-	-	07	-	-	07
Marabá	10	-	-	74	-	-	84
SUL	364	-	97	18	1.215	781	2.475
Curionópolis	02	-	-	-	-	-	02
Xinguara	70	-	01	-	64	-	135
Rio Maria	-	-	-	-	116	-	116
Conceição do Araguaia	72	-	60	-	-	360	492
Redenção	150	-	-	-	-	-	150
Santa Maria dos Barreiros	70	-	-	08	-	-	79
Cumaru	-	-	-	03	35	-	38
Santana do Araguaia	-	-	-	-	1.000	421	1.421
Água Azul	-	-	36	06	-	-	42
XINGU	-	-	68	-	243	-	311
São Felix do Xingu	-	-	08	-	243	-	251
Banach	-	-	60	-	-	-	60
NORDESTE	-	-	-	-	12	-	12
Capitão Poço	-	-	-	-	12	-	12
TOTAL	374	-	165	99	1.458	821	2.917

FONTE: Relatórios da CPT, 1990-1995.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Guerra dos Mapas*. Belém: Falangola, 1994.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de e HÉBETTE, Jean (Org.) *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflitos na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA. Cadernos NAEA, nº 10. 1989.
- BRET, B; DROULERS, M; BIAGGI, E. de. Dynamique du Peuplement e du Développement. In: *Cahiers des Amériques Latines*. Paris: IHEAL, nº 20, 1995, p. 43-98.
- DROULERS, Martine (Coord.). Brésil: observations des dynamiques territoriales (Dossier). In: *Cahiers des Amériques Latines*. Paris: Theal, nº 20, 1995, p. 29-132.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- F.IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. 1970, 1980 e 1991.
- GARCIA Jr. Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HÉBETTE, J. e ACEVEDO MARIN, R.E. Mobilidade do Trabalho e Fronteira Amazônica: a Belém- Brasília. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro. São Paulo: ABEP, 1981. p. 185-241.
- HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes/FASE, NAEA, 1991.

- HÉBETTE, MIRANDA, QUINTELLA, R. da S. Parenté, Voisinage et Organisation professionnelle dans la formation du front pionnier amazonien. In: ALBADALEJO, C. e TULET, J. C. *Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne. La formation de nouveaux territoires*. Paris; L'Harmattan, 1996. p. 278-301.

- VEIGA, José Eli. *La situation de l'agriculture familiale*. In: Cahiers du Brésil Contemporain. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, n° 27-28, 1995, p. 139-150.

